

# Deficiências e educação inclusiva<sup>1</sup>

Disability and inclusive education

Deficiencias y educación inclusiva

Marisa Junior Lopes\*

Ana Cristina Mancussi e Faro\*\*

**RESUMO:** A questão central foi a dualidade entre exclusão e inclusão, uma vez que vislumbra o acesso, permanência e conclusão de alunos com deficiência dos cursos de graduação de uma instituição pública de São Paulo. Os objetivos foram: caracterizar os alunos; verificar a ocorrência de deficiências; identificar recursos pedagógicos para inclusão; conhecer barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais que dificultam o desempenho do aluno; identificar sugestões dos estudantes. Tratou-se de um estudo exploratório, de abordagem exploratória e quantitativa. A coleta de dados foi realizada com alunos dos cursos utilizando-se um questionário. Quanto à ocorrência de deficiências verificamos 58,9% dos estudantes com alguma deficiência visual, 5,2% com deficiência física e 1,6% com deficiência auditiva. Identificamos a existência de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais que dificultam o desempenho dos alunos. Acreditamos que este estudo poderá contribuir oferecendo subsídios aos docentes universitários para lidar e acolher a diversidade na sua prática de ensino.

**DESCRIPTORIOS:** Pessoas portadoras de deficiência, Educação Especial, Inclusão escolar

**ABSTRACT:** The central question was the duality between exclusion and inclusion, for this article examines the admission, the permanence and the conclusion of undergraduate course by students with deficiencies in a public institution of Sao Paulo. The objectives were to make a profile of the students; verify the occurrence of deficiencies; identify pedagogical resources for inclusion; know architectural, pedagogical and posture barriers that difficult the performance of the students; to collect suggestions from the students. This was an exploratory study, using an exploratory and quantitative approach. Data gathering was carried through with students of the studied courses using a questionnaire. Regarding the occurrence of deficiencies, we verified 58,9% students with some visual deficiency, 5,2% with physical deficiencies and 1,6% with auditory deficiency. We identified the existence of architectural and pedagogical barriers to the way people act that makes difficult the performance of the students. We believe this study will contribute by offering data for university teachers to deal and welcome diversity in their education practice.

**KEYWORDS:** Persons with deficiencies, Special education, School inclusion

**RESUMEN:** La pregunta central era el dualidad entre la exclusión y la inclusión, una vez que vislumbra el acceso, la permanencia y la conclusión, de pupilos con deficiencias, de los cursos de gradución de una institución pública de São Paulo. Los objetivos han sido caracterizar los pupilos; verificar la ocurrencia de deficiencias; identificar los recursos pedagógicos para la inclusión; identificar las barreras arquitectónicas, pedagógicas y de actitudes que hacen difícil el funcionamiento del pupilo; identificar las sugerencias de los estudiantes. Fue un estudio exploratorio, de abordaje exploratorio y de carácter cuantitativo. La recogida de datos fue llevada a efecto con pupilos de los cursos utilizando un cuestionario. Cuánto a la ocurrencia de deficiencias, verificamos 58.9% de los estudiantes con una cierta deficiencia visual, el 5.2% con deficiencia física y 1.6% con deficiencia auditiva. Identificamos la existencia de barreras arquitectónicas, pedagógico y de actitudes que hacen difícil el funcionamiento de los pupilos. Creemos que este estudio podrá contribuir al ofrecimiento de subsidios a los profesores de la universidad para relacionarse con la diversidad y acogerla en su práctica de enseñanza.

**PALABRAS-LLAVE:** Personas con deficiencias, Educación especial, Inclusión en la escuela

## Introdução

O direito da pessoa à educação é resguardado pela política nacional de educação independentemente de gênero, etnia, idade ou

classe social. O acesso à escola extrapola o ato da matrícula e implica apropriação do saber e das oportunidades educacionais oferecidas à totalidade dos alunos com vistas a atingir as finalidades

da educação, a despeito da diversidade na população escolar.

Inúmeras discussões sobre o direito de acesso, ingresso e permanência de pessoas com deficiência no sistema educacional escolar têm

1. Artigo originado do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação "Deficiência auditiva, física e visual em estudantes de Enfermagem: com vistas à inclusão do acesso à conclusão do curso de graduação", contemplado com Bolsa de Iniciação Científica pela FAPESP, 2004.

\* Enfermeira Bolsista em 2004. isalps@hotmail.com

\*\* Livre Docente do Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica da Escola de Enfermagem da USP. Orientadora. rafacris@usp.br

possibilitado algumas ações de caráter intervencionista voltadas a uma política de inclusão.

A finalidade maior é de proporcionar às pessoas com deficiência a integração no fluxo da educação básica ao nível superior de pós-graduação, desde que despojada de paternalismo ou diferenciações de cunho protecionista. Segundo Amaral (1989), a temática da inclusão, desencadeada pela proposta mundial de promoção e incentivo à plena constituição e solidificação de sociedades inclusivas, vem se fazendo presente em inúmeros fóruns nacionais e internacionais. Esse mesmo autor, afirma ainda que, quando a exclusão refere-se às pessoas com deficiência, o termo inclusão designa a postura social de criar, para essas pessoas, igualdade de oportunidades de participação ativa, assim como de propiciar a emergência e consolidação do pensamento de pertencer plenamente a um dado contexto.

No presente estudo adotamos as definições de deficiência e incapacidade conforme a Classificação Internacional de funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2001).

Segundo a CIF, deficiência "é uma perda ou anormalidade de uma estrutura do corpo ou função fisiológica (incluindo funções mentais). Na CIF, o termo anormalidade refere-se estritamente à variação significativa das normas estatísticas estabelecidas, e deve ser usado apenas nesse sentido" (OMS, 2001).

Essa mesma classificação define incapacidade como um "termo genérico para deficiências, limitações de atividade e restrições de participação. Indica os aspectos negativos da interação entre um indivíduo e seus fatores contextuais (ambientais e pessoais)" (OMS, 2001).

Dados do Censo Demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), informam que o Brasil possui 24,5 milhões (14,5%) de pessoas com alguma deficiência, contrapondo-se ao Censo de 1991, com aproximadamente 2% da população que referiu alguma deficiência. Os novos índices devem-se ao conceito ampliado de deficiência utilizado no último censo, compatível com a CIF. Isto relata a percepção que as pessoas pesquisadoras têm das alterações provocadas pelas deficiências quanto à capacidade de realização no seu comportamento e na participação social (Amaral, 1995).

A inclusão é uma resultante da interação entre os fatores individuais e os do meio ambiente, é dinâmica, sofre influência mútua de ambos os fatores, sendo facilitadores ou não para a participação de pessoas com deficiências (Vash, 1988).

A questão central deste estudo foi a dualidade entre exclusão e inclusão, uma vez que vislumbra o acesso, permanência e conclusão do curso de enfermagem por parte de alunos com deficiências sensorio-motoras, limites funcionais e alterações desta natureza.

Nesse contexto e para esta pesquisa se considerou deficiência toda e qualquer alteração em funções anatômicas e fisiológicas, bem como psicológicas, as quais podem, em graus variados, interferir nas atividades diárias e na participação social.

A perspectiva de educação para todos constitui um grande desafio, quando a realidade aponta para uma numerosa parcela de excluídos do sistema educacional sem possibilidade de acesso, apesar dos esforços empreendidos para a universalização do ensino.

Enfrentar esse desafio é condição essencial para atender à expectativa de democratização da educação em nosso país e às aspirações de quantos almejam o seu desenvolvimento e progresso.

Identificamos que o caminho passa pela busca de informações e do exercício da cidadania por meio da cobrança dos instrumentos necessários que devem ser fornecidos pelos dirigentes e responsáveis pelas redes pública e privada de ensino.

A inclusão não implica que se desenvolva um ensino individualizado para os alunos com alguma limitação e/ou deficiência. É o aluno que se adapta ao novo conhecimento e só ele é capaz de regular o seu processo de construção intelectual. Implica a convicção de que aluno e escola devem se aprimorar para alcançar a eficiência da educação a partir da interatividade entre esses dois atores (Brasil, 2003).

Portanto, espera-se que o acesso, permanência e conclusão do aluno no Curso de Graduação em Enfermagem seja um processo interativo e com igualdade de oportunidades, livre de paternalismo.

Acreditamos que esta pesquisa foi relevante para o ensino de nível superior, uma vez que pode resgatar conceitos e atitudes dos interessados, até então latentes. Acreditamos ainda que poderá contribuir para a capacitação ou pelo menos, oferecer subsídios para o preparo do docente universitário para lidar e acolher a diversidade na sua prática de ensino.

## Objetivos

O presente estudo estabeleceu como objetivos: caracterizar sociodemograficamente os alunos regularmente matriculados em um curso de graduação em enfermagem até o 1º semestre de 2004; verificar a ocorrência de deficiência auditiva (DA), deficiência física (DF), deficiência visual (DV), bem como limites funcionais, sensoriais e/ou motores, relatados pelos estudantes; identificar os recursos pedagógicos que possibilitariam o acesso, permanência e conclusão do curso de graduação;

conhecer barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais que dificultam o desempenho do aluno durante o curso e identificar sugestões dos alunos para acesso, permanência e conclusão do referido curso.

## Método

Tratou-se de um estudo exploratório e descritivo, de abordagem quantitativa, para o qual houve a aprovação pelo Comitê de Ética da instituição.

A coleta de dados foi realizada junto aos alunos regularmente matriculados no curso de graduação em enfermagem, após seu consentimento informado e por escrito, utilizando-se um questionário com questões abertas e fechadas.

## Resultados e discussão

Este estudo foi realizado junto a 134 estudantes regularmente matriculados até o primeiro semestre de 2004 no curso de graduação em enfermagem de uma instituição localizada no município de São Paulo.

Para organizar os resultados e a discussão optamos por apresentá-los de forma a discutir a caracterização sociodemográfica do aluno; a verificação da ocorrência de deficiências e/ou limites funcionais ou motores dos estudantes; a identificação de recursos pedagógicos que possibilitem acesso, permanência e conclusão do curso aos alunos com incapacidades; o conhecimento de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais; a identificação de sugestões dos alunos de graduação em enfermagem para acesso, permanência e conclusão de pessoas com deficiências no referido curso. Com isso, analisamos descritivamente os dados frente ao objeto da pesquisa – a inclusão social de pessoas com deficiências auditivas, físicas e/ou visuais.

### Ossujeitosdoestudo

Os 134 alunos que participaram do estudo têm entre 18 e 37 anos de idade — 73,13% de 18 a 22 anos, 23,13% de 23 a 27 anos, 2,98% de 28 a 32 anos e 0,76% de 33 anos ou mais.

Os estudantes do sexo feminino totalizaram 92,5% dos respondentes, confirmando a predominância feminina que ocorre no curso de enfermagem.

Quanto à procedência, foi identificado que 58,2% são de São Paulo, 35,7% de outras cidades do estado de São Paulo e apenas 6,73% provenientes de outro estado.

Em relação à moradia, declararam que vivem em casa térrea (28,36%), sobrado (27,61%) e apartamento (42,53%) .

A maioria dos respondentes reside na Zona Oeste da cidade de São Paulo. A distribuição se deu com 35,82% residentes na Zona Oeste, 23,13% na Zona Sul, 11,19% na Zona Norte, 11,19% na Zona Leste, 17,18% na Grande São Paulo e 1,49% na Região Central.

Distribuição dos alunos do curso de graduação em enfermagem segundo referências de deficiência auditiva, física, visual ou alterações pertinentes

A análise dos dados obtidos nesta pesquisa identificou a distribuição dos alunos de graduação em enfermagem segundo referências de deficiência auditiva, física e visual no ano de 2004.

Foram respondidos e devolvidos 134 dos 354 questionários entregues à totalidade dos alunos matriculados até o primeiro semestre de 2004. Inferimos que este fato aponta a dificuldade dos indivíduos em lidar com o tema em questão, seja por distanciamento, preconceito ou desconhecimento.

Adotou-se como definição de deficiência “a perda ou anormalidade” de uma estrutura do corpo ou

função fisiológica (incluindo funções mentais) e a incapacidade decorrente de “limitações de atividade e restrições de participação”, conforme definidas na CIF (OMS, 2001).

Desconhecimento sobre a deficiência é o que não falta à sociedade como um todo e aos indivíduos que a compõem. O desconhecimento é a matéria-prima para a perpetuação das atitudes preconceituosas e das leituras estereotipadas da deficiência, seja este conhecimento relativo à limitação em si, às emoções geradas ou às reações subseqüentes (Amaral, 1995; Ferreira, 2002).

Historicamente, a sociedade fez de início uma escolha pela segregação. Uma escolha pela política de separar e/ou isolar no seio de uma sociedade as minorias raciais e, por extensão, as sociais, religiosas etc. (Ferreira, 2002)

A segregação apóia-se na tríade preconceito, estereótipo e estigma. Tentando sintetizar a dinâmica entre eles, podemos afirmar que o preconceito gera um estereótipo, que cristaliza o preconceito, que fortalece o estereótipo, que atualiza o preconceito. Paralelamente, o estigma (marca, sinal) colabora com essa perpetuação (Amaral, 1989; Brasil, 2003; Brasil, 1998).

Ter o direito de ser diferente e nem por isso estar à margem é uma corrente atitudinal recente levantada pelos deficientes e pelos profissionais mais atentos e conscientes, e significa simplesmente ter direito de acesso ao maior número de experiências dentro do universo a que se pertence (Amaral, 1989).

Segundo os dados do Censo de 2000, compatível com a CIF, dos 24,5 milhões de brasileiros que possuem alguma deficiência, 48,1% (16,5 milhões) tem deficiência visual, 8,3% tem deficiência mental, 16,7% (5,7 milhões) tem deficiência auditiva. A deficiência física, considerada como falta de membro

(ou de parte dele) para caminhar, alcançou o índice de 4,1%; já a deficiência motora, que ocorre quando a pessoa tem alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar, apresentou índice de 22,9% (Ferreira, 2002).

Em relação às deficiências e/ou alterações entre os alunos respondentes verificou-se: 58,95% (79) com deficiência visual; 5,22% (7) com deficiência física; e 1,61% (2) com deficiência auditiva (Gráfico 1). As alterações visuais declaradas foram astigmatismo, miopia, hipermetropia, estrabismo e ainda estas em associação (miopia e astigmatismo; astigmatismo e hipermetropia). Embora não haja nenhum caso de cegueira, as deficiências apresentadas causam limitações aos alunos durante aulas ministradas com utilização de recursos audiovisuais, interferindo assim no processo de aprendizagem.

Distribuição dos alunos do curso de graduação segundo

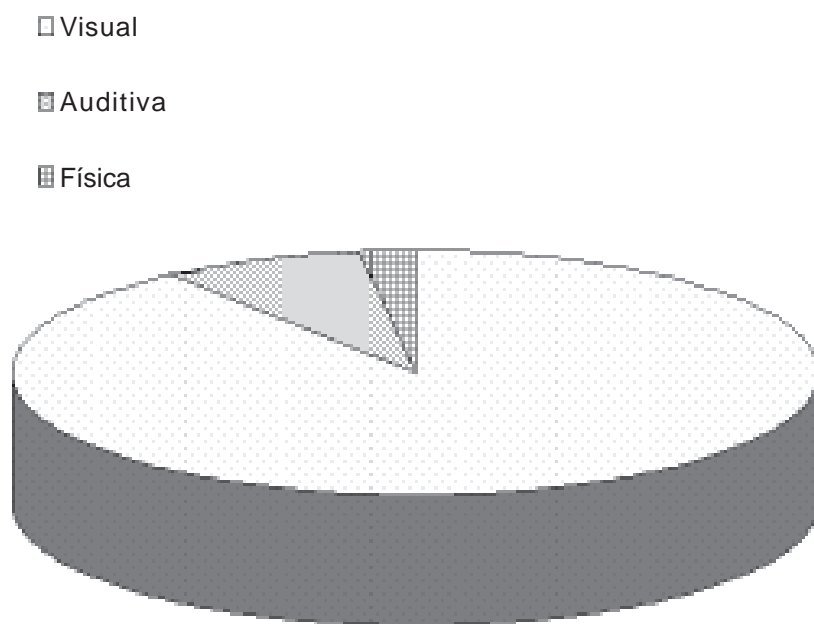


GRÁFICO 1

A incidência mais elevada de deficiência visual entre os brasileiros tem causado alguns questionamentos. Será que isso pode ser entendido como uma dificuldade de acesso a informações sobre o direito do cidadão à concessão de lentes corretivas? Será que a “era da informática” obriga indivíduos a estarem expostos a longos períodos frente à tela de microcomputadores causando danos à sua acuidade visual? Podemos inferir outras explicações, ainda sendo necessário que haja mais estudos sobre esse tema.

As alterações físicas declaradas foram tendinite nos joelhos, encurtamento do tendão da região posterior da perna e ainda a declaração de um aluno de que ser canhoto é para si uma deficiência, diante das dificuldades de adaptações encontradas, principalmente no mobiliário das salas de aula. Identificou-se que 88,8% são destros, 9,7% são canhotos e que 1,49% são ambidestros.

Dentre as alterações auditivas se vislumbram perda parcial de audição, perda auditiva neurosensorial, e estudantes que relatam ter diminuição da audição, porém ainda sem diagnóstico médico confirmado. Estes estudantes apontam problemas de aprendizado decorrentes da acústica nas salas de aula, ouvindo com pouca clareza as aulas ministradas.

Recursos pedagógicos indicados pelos alunos de graduação em sala de aula, laboratórios, biblioteca e sala pró-aluno e campo de estágio

Atualmente reconhece-se que as limitações por si só não impedem realmente o desenvolvimento do indivíduo. Por outro lado, reconhece-se também que o desenvolvimento pode ser impedido de acontecer, paralisando-o, aprisionando-o numa rede que poucas vezes tem a ver, efetivamente, com a deficiência. Concretamente, isso acontece no não oferecimento, ao deficiente, da oportunidade de experimentar, ou, ainda, de barreiras que podem ser arquitetônicas ou atitudinais.

A lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 também garante às pessoas com deficiência, entre outros direitos, o acesso à educação superior. As universidades, nesses termos, têm a obrigação de promover a inclusão social nos seus campi, tanto no que se refere à adaptação de espaços físicos dos prédios quanto em relação ao suprimento de necessidades pedagógicas específicas ao aluno deficiente.

A educação inclusiva é muito mais o tentar pensar os pressupostos subjacentes à segregação e suas consequências imediatas ou remotas, abandonando a idéia de generalização para todas as deficiências e enfocando pontos singulares. Se uma pessoa deficiente necessita de equipamento ou metodologia específicos é justo que

estes sejam pensados, acionados ou revistos, mas sem isolamento do universo natural. Recursos especiais acoplados a estratégias gerais têm se mostrado como direção eficaz em aproveitamento, bem como atenuadores dos efeitos da segregação mais ampla.

O quadro abaixo (Gráfico 2), mostra as necessidades de recursos pedagógicos indicados pelos estudantes em sala de aula, sala pró-aluno, laboratórios e biblioteca que possibilitam o acesso, permanência e conclusão do curso de graduação em enfermagem aos alunos com DA, DF OU DV e outros limites funcionais, sensoriais e/ou motores. O item mais assinalado foi o que se refere à utilização de letra ampliada nos recursos audiovisuais. Este dado se explica pela predominância, na população estudada, de alterações visuais.

Quanto aos recursos que atenderiam às necessidades em ensino prático nos campi, 85,82% dos alunos não responderam, e os 14,14% restantes discriminaram a necessidade de locais de estágio com acesso fácil, transporte, maior número de professores no campo, roteiros, acompanhantes para deficientes visuais, intérprete de língua de sinais para pacientes e enfermeiros, elevadores.

Barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais que dificultam o desempenho do aluno durante o curso

Para o desenvolvimento de potencialidades e integração social das pessoas com deficiência é necessário que haja construção de potenciais favorecedores. Construção porque significa um espaço de acolhida, de incentivo, de convivência.

Já está comprovado por vários estudos e experimentações que a inclusão se manifesta pela transformação das atitudes, do comportamento, da administração, do atendimento e da organização físico-espacial ao longo do tempo. A inclusão se manifesta, então, por meio da acessibilidade (Amaral, 1989).

Com acessibilidade, a pessoa passa a investir em si mesma. O caso de deficiências em caráter permanente não se sobressai nos investimentos pela qualidade do ambiente construído. A pessoa segue vivendo de modo pleno se a acessibilidade ocorrer em seu lar, em seu ambiente de trabalho, em seu ambiente de lazer, em seu ambiente de convívio social. Ao invés de perpetuar uma vida vegetativa sob noções de despesas públicas a fundos sociais sem retorno, um flagrante desperdício, o beneficiado retorna o investimento em termos quantitativos, aferidos pela produtividade industrial, por

exemplo, e qualitativos, aferidos pelo ambiente de vida participativa que passa a motivar.

O artigo 2 da Lei N.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, traz a seguinte definição:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, segundo a Lei nº 10.098 (Brasil, 2000).

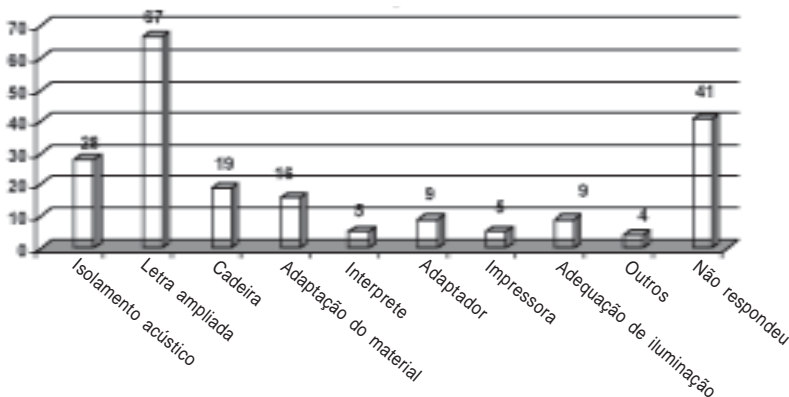
Romper as barreiras arquitetônicas que impedem o trânsito livre de pessoas com deficiências compreende garantir a acessibilidade ao meio físico de todos os campi da universidade.

Os alunos apontam que as adaptações arquitetônicas realizadas na instituição não são eficazes. Por exemplo: a rampa que vai para a biblioteca é muito inclinada, sem corrimão e escura; o acesso à sala pró-aluno e prédio anexo é dificultado pelo piso e estacionamento; a falta de mobiliário para canhotos é referida como um problema que acentua alterações à coluna vertebral e prejudica o conforto do aluno; na biblioteca, os corredores entre as estantes de livros são muito estreitos e escuros, o que impossibilita a passagem de um cadeirante.

Em relação às barreiras atitudinais, os estudantes declararam que canhotos sofrem discriminações bem como os que utilizam o elevador para subir um andar devido à limitação física. Aqueles que têm limites de visão e/ou audição relatam sofrerem críticas também.

Quanto aos recursos audiovisuais utilizados pelos docentes foi relatado pelos alunos que os mes-

Recursos pedagógicos indicados pelos alunos de graduação em sala de aula, laboratórios, biblioteca e sala pró-aluno. São Paulo, EEUSP, 2004



mos apresentam tamanho pequeno da fonte e que ficam sem foco, impossibilitando a visualização, e, ainda, a acústica das salas é ruim desfavorecendo o aproveitamento da aula.

Sugestões dos alunos de graduação em enfermagem para acesso, permanência e conclusão do curso

As adequações indicadas pelos estudantes para atender às necessidades dos alunos com DA, DF e DV estão descritas no Gráfico 3 abaixo, tendo destaque as modificações em mobiliários, bebedouros e orelhões.

Os alunos também referiram a necessidade de se promover ações de conscientização do corpo docente, discente e funcionários para manter clara a proposta da educação inclusiva.

Os estudantes apontaram a importância e promoção de programas já desenvolvidos pela universidade que visam estabelecer políticas e ações voltadas ao asseguramento da inclusão e plena participação de seus estudantes, servidores e docentes portadores (as) de

deficiência em todos os aspectos da vida universitária. Visa também promover ainda mais a inserção do tema da deficiência nos espaços regulares de ensino, pesquisa e extensão universitária.

## Conclusões

Dos 134 alunos que participaram do estudo, com os dados obtidos podemos concluir que:

92,5% são do sexo feminino; 73,1% possuem 18 a 22 anos; 23,1%, 23 a 27 anos; 3%, de 28 a 32 anos e 0,8%, de 33 anos ou mais;

58,2% são da cidade de São Paulo; 37,7% de outra cidade do estado de São Paulo e apenas 6,7% provenientes de outro estado;

Quanto à ocorrência de deficiências relatadas pelos alunos, 58,9% com DV (hipermetropia, astigmatismo, miopia, estrabismo), 5,2% com DF (tendinite nos joelhos, encurtamento do tendão da região posterior da perna, ser canhoto) e 1,6% com

DA (perda parcial da audição, perda auditiva neurosensorial); Em relação às barreiras atitudinais, os estudantes declararam que canhotos sofrem discriminações bem como os que utilizam o elevador para subir um andar devido à limitação física; aqueles que têm limites de visão e/ou audição relatam que sofrem críticas também.

Na condição de pessoa, deficientes ou não, em papéis profissionais ou familiares, está "imune" ao sofrimento da perda, à expectativa de perfeição, à necessidade de harmonia, à desorganização provocada pelo estranhamento, à ambigüidade entre repulsão e atração e à ameaça representada pela condição de diferença.

Daí a importância de interferirmos rapidamente e com clareza, para garantir que o estudante de enfermagem tenha oportunidade de se desenvolver satisfatoriamente.

Esperamos que os dados dispostos neste estudo motivem discussões no âmbito do ensino, buscando a educação inclusiva.

Adequações indicadas pelos alunos de graduação para atender às necessidades de alunos com DA, DF ou DV. São Paulo, 2004.

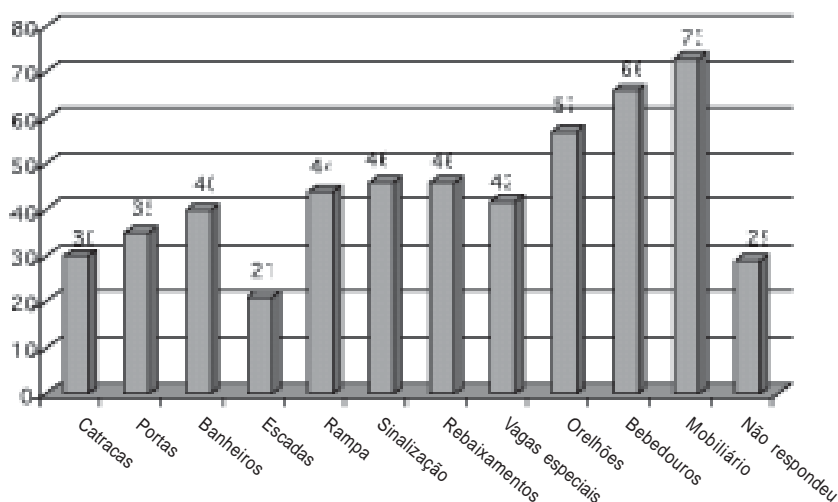


Gráfico 3

---

## REFERÊNCIAS

- Amaral LA. Deficiência física e integração social. *Rev Integração*. 1989;2(4):36-38.
- Amaral LA. *Conhecendo a deficiência (Em companhia de Hércules)*. São Paulo: Robe; 1995.
- Brasil. Lei Nº 10.098, 19 de Dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 dez. 2000.
- Brasil. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. *O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino*. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; 2003.
- Brasil. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares — estratégias para educação de alunos com necessidades especiais*. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental; 1998.
- Ferreira TV. IBGE Censo 2000 – Mudam os índices oficiais da deficiência. São Paulo: Sentidos; 2002.
- Omote S. Deficiência e Não-deficiência: recortes de um mesmo tecido. *Rev Bras Educ Esp*. 1994; p. 65-73.
- Organização Mundial da Saúde. *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Centro Colaborador da OMS para a Família de Classificações Internacionais. Genebra: OMS; 2001.
- Vash C. *Enfrentando a deficiência*. São Paulo: Pioneira; 1988.
- 

Recebido em 15 de dezembro de 2005  
Aprovado em 03 de janeiro de 2006